

A CRISE COMO FATALISMO CULTURAL: DA CRISE SOCIAL NACIONAL À CRISE ÉTICA INDIVIDUAL

LA CRISIS COMO FATALISMO CULTURAL: DE LA CRISIS SOCIAL NACIONAL A LA CRISIS ÉTICA INDIVIDUAL

Leandro Augusto de Rezende*

RESUMO:

O objetivo do presente artigo é abordar como a atual crise político-econômica brasileira está além da prerrogativa dual supracitada, apregoada pelos mass media como um problema localizado apenas no tempo presente e atrelado a certo programa de governo fracassado. Mediante um percurso histórico, pretende-se demonstrar o quanto as bases constitutivas da sociedade que delinearam a formatação de Estado e cidadãos influenciam na atual crise. Uma Nação que se propunha galgar as concepções modernas liberais, com o intuito de superar o status de ex-colônia portuguesa, mas que mantinha em suas bases materiais a necessidade de exploração da mão de obra escrava e a ode aos privilégios de classe de uma burguesia nacional conservadora. Assim, para a realização de um debate mais pertinente acerca do valor-verdade do ideal de democracia perfilado nas garantias constitucionais e requerido, faz-se necessário analisar tais aspectos histórico-culturais do processo de formação da sociedade brasileira, visando os fundamentos primeiros, ou motivadores ocult(ad)os de um status de crise recorrente na história brasileira. Somente mediante um real entendimento dos processos históricos formativos do horizonte nacional cultural, relacionados à ciência dos aspectos individuais recorrentes (sociais), pode-se deliberar sobre uma possível superação das históricas e incessantes mazelas nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia. Crise. Indústria cultural. Ética. Individualismo.

RESUMEN:

El objetivo del presente artículo es abordar cómo la actual crisis político-económica brasileña está más allá de la prerrogativa dual supracitada, pregonada por los mass media como un problema localizado sólo en el tiempo presente y vinculado a cierto programa de gobierno fracasado. A través de un recorrido histórico, se pretende demostrar cuánto las bases constitutivas de la sociedad que delinearon el formato de Estado y ciudadanos influyen en la actual crisis. Una Nación que se proponía galgar las concepciones modernas liberales con el propósito de superar el estatus de ex colonia portuguesa pero que mantenía en sus bases materiales la necesidad de explotación de la mano de obra esclava y la oda a los privilegios de clase de una burguesía Nacional conservadora. Así, para la realización de un debate más pertinente acerca del valor-verdad del ideal de democracia perfilado en las garantías constitucionales y necesarias, se hace necesario analizar tales aspectos histórico-culturales del proceso de formación de la sociedad brasileña, visando los fundamentos primeros, o, Motivadores ocultos (ad) los de un status de crisis recorrente en la historia brasileña. Sólo

* Graduado em Filosofia pela PUC Minas. Artigo apresentado ao prêmio Sylvia de Resende Costa/2016 da PUC Minas. E-mail: l.rezende@yahoo.com.br.

mediante un real entendimiento de los procesos históricos formativos del horizonte nacional cultural, relacionados a la ciencia de los aspectos individuales recurrentes (sociales), se puede deliberar sobre una posible superación de las históricas e incesantes molestias nacionales. PALABRAS CLAVE: Democracia. Crisis. Industria cultural. Ética. Individualismo.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende versar sobre a atual conjuntura social-política da sociedade brasileira, cujo momento presente remonta à insurreição de pautas que constantemente aparecem no horizonte dos debates nacionais acerca do papel e valor da democracia, inscrita em uma sociedade que convive com recorrentes crises econômicas, desde sua adesão ao plano moderno de civilização europeia, pautado pela adoção de um Estado burguês como centro político-jurídico da República Federativa, à implementação de uma organização socioeconômica baseada em princípios liberais, atentando ao ideal norte-americano de ampla difusão na passagem do século XIX ao século XX. Tendo em vista o ideal democrático que remonta à antiguidade e a arregimentação da estrutura modelo das sociedades mais avançadas, será proposto um percurso histórico-social-cultural acerca da formação da sociedade brasileira, desde sua passagem de uma sociedade de economia rural e escravagista, à asserção dos preceitos liberais como norteadores da ordem social, política e econômica em atenção aos princípios do Estado moderno enquanto padrão mundial. Será abordada a influência do capitalismo tardio como regimento da constituição socioeconômica nacional e dos planos de ação individual, cuja universalização ganha notório assentimento mediante a viabilização da indústria cultural brasileira, representante da classe hegemônica nacional, e a difusão dos mass media como formadores da opinião pública. Como referencial teórico, adotarse-á a filosofia crítica de autores como Adorno e Habermas, procurando esclarecer o percurso formativo e ideológico dos Estados contemporâneos avançados – sua estrutura enquanto modelo para países atrasados, como o Brasil – perante a necessidade de se estabelecer um Estado democrático como princípio de uma civilização aos moldes ocidentais; os dados históricos levantados por pensadores regionais, como Buarque de Holanda, acerca da formação histórico-social-cultural dos territórios nacionais e seus indivíduos, avaliando as expectativas e heranças da sociedade brasileira, constituintes das bases socioculturais atuais; e a literatura crítica nacional, representada pela ficção machadiana em referência à transição histórico-cultural do pensamento brasileiro de um período que, apesar de remoto, alicerça o pensamento das gerações futuras, até os dias de hoje.

DESENVOLVIMENTO

Desde que foi cunhada nos idos da época clássica, mais precisamente no seio da gênese do pensamento ocidental, a Grécia Antiga, a democracia permanece hodiernamente enquanto motivo de debates e controvérsias. Isso torna oportuno investigar o uso do termo frente ao ideal democrático que aparece veementemente requerido na atual conjuntura de crise manifesta nas instâncias política, econômica e social na sociedade brasileira. Termo que, por vezes, tem seu significado deturpado propositalmente por certo dirigismo implementado por uma perspectiva dominante, com o intuito de imputar uma visão rasa acerca da realidade dos fatos, cerceando qualquer possibilidade de ascense a um entendimento crítico, materializando, assim, um ideal oposto ao que solicita uma real consubstanciação democrática, ou seja, sua negação às desigualdades e privilégios de classe.

Na antiguidade, quando a política arregimentava diretamente tanto a constituição estrutural da sociedade grega, quanto do próprio cidadão ateniense em seu âmbito moral, a democracia aparece ora ansiada, ora rejeitada conforme os interesses naquela sociedade, num horizonte que vislumbrava o Bem enquanto finalidade. Pautas que, apesar da distância temporal desta sociedade antiga e seu contexto histórico peculiar, permeiam debate e embate contemporâneos acerca da aplicação, possibilidade, validade e finalidade da adoção de um plano político em que a Democracia ministre a vida dos cidadãos componentes da sociedade. Naquela, a relação do homem grego com um conjunto de valores universais estabelecidos pela coletividade, com o *éthos*, é intrínseca. O cidadão da pólis considera o *éthos* uma segunda natureza, parte constituinte de sua formação humana. Nessa óptica, o homem moralmente constituído deve se espelhar na pólis, nas leis reconhecidas como a moral desta. Logo, ao infringir uma lei, o cidadão teria ciência de estar denegrindo sua própria moral, dada sua identificação direta como parte constituinte do “corpo” da cidade.

Apenas na consolidação da sociedade moderna em que aparecem as figuras do Estado e do Governo Civil, oriundas de um palco de conflito que suscitava a superação da herança monárquica medieval pelas ideias renascentistas, que uma perspectiva individualista pôde ser vislumbrada, possibilitando a ruptura da indissociabilidade do cidadão – que assumiria o status de indivíduo – com sua cidade. Essa ruptura formataria a concepção de um estado consubstancialmente natural e individual de liberdade, de parte separada do todo, ao passo que requeria para si e reconheceria em si mesmo a sua unidade primeira, para, posteriormente, vir compor a sociedade. A concepção de

um estado em que [todos] sejam absolutamente livres para decidir suas ações, dispor de seus bens e de suas pessoas como bem entenderem, dentro dos limites do direito natural, sem pedir a autorização de nenhum outro homem nem depender de sua vontade. (LOCKE, 2001, p. 83).

A composição dessa sociedade seria estabelecida por uma associação entre os indivíduos, que referenciarão sua liberdade individual por determinada restrição mediante a admissão da singularidade do outro, conforme um ideal de igualdade a ser reconhecido e solicitado por todos, corroborando para a instauração de uma sociedade coesa organizada por certa necessidade de se estabelecer um órgão regulamentador: um poder político, “cristalização institucional [que] toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação das leis, nas hegemonias sociais” (FOULCAULT, 1999, p.89). O poder a ser exercido pelo Estado e suas leis destitui a ordem das hegemonias naturalizadas, revogando a soberania consanguínea das realidades¹ em substituição à sua soberania técnico-social. O direito natural é traduzido por uma igualdade e uma liberdade a serem delimitadas pelo direito positivo.

É esse horizonte da modernidade, no qual ascendem indivíduo e bem particular (propriedade privada), que fornece as bases para a contemporaneidade, ocorrendo a racionalização da vida prática assumida na esfera social através da institucionalização de seus critérios sob a concessão do Estado burguês. Este participa do plano individual, se efetivando no estágio privado pelo Direito burguês, mensurando planos de ação individual a serem adotados no espaço público que, apesar de apresentado sob esta nomenclatura, permanece condicionado à tutela estatal. O indivíduo tem sua liberdade assistida e administrada por tal ente abstrato, o Estado, que adquire materialidade pelas concessões que ministra, pelas infrações que prescreve e pelas punições dispostas, “uma forma determinada de dominação política oculta” (HABERMAS, 2009, p. 46).

É na era da globalização, com a eleição de um sistema econômico que centralizaria todas as relações, o capitalismo, que o Estado (capitalista) assume a salvaguarda do ideal produtivo que se propaga. Ideologia que se estabelece como fim ulterior, disposta pela indústria cultural e objetivamente internalizada pelos cidadãos. A economia nacional passa a ser um ideal universal, adquirindo incontestável valor verdade que se assume público. Indiretamente, o indivíduo é requerido diretamente a ser partícipe da economia nacional, legitimando uma notável preferência pelo ideal produtivo que, decerto, legitima uma

¹“Por muito tempo, o sangue constituiu um elemento importante nos mecanismos de poder [...]. Para uma sociedade onde predominam os sistemas de alianças, a forma política do soberano, a diferenciação em ordens e castas, o valor das linhagens [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 138).

dominação estipulada pela totalidade do organismo, patenteado pelo sistema capitalista e franqueado pelo Estado. A apologia ao ideal produtivo se faz verdade no cotidiano do cidadão comum, que acede ao discurso do crescimento produtivo e remete suas necessidades básicas ao mesmo. A medida da realidade efetiva aferida pela patente da eficiência endossa as relações com o outro, que adquire um status valorativo equacionado a tal ideal. Internalizada esta órbita políticoeconômica, o indivíduo é racionalizado pela estrutura dominante e, per se, faz sua a demanda dos modelos de enquadramento social e institucional atrelados à produtividade: sacrifícios são aceitos em nome da economia, assim como pautas conservadoras.

As sociedades produtivistas de orientação para a extração do excedente, para a acumulação de capital, apontavam para o estabelecimento do trabalho como base da sociedade que se delineava. Dado que o trabalho, em sua acepção moderna, se estabelece como “ação racional teleológica [que] realiza fins definidos por condições dadas” (HABERMAS, 2009, p. 57), ao se criar uma imagem propagandeada de uma estrutura em que todos os indivíduos participam de um mesmo ideal, o produtivo, adotasse, ao decorrer do tempo, o prognóstico da racionalização a todas as relações entre os indivíduos. Os patamares antes geridos por fundamentos éticos, deduzidos pelo reconhecimento do outro em uma relação intersubjetiva são substituídos pelo enquadramento institucional estabelecido, que aparece como instância regulamentadora dos patamares de conduta requeridos reciprocamente pelos indivíduos nas relações sociais. Portanto, o Direito em seus aspectos técnicos aparece como aquele que conduz e instrumentaliza as expectativas de conduta, e o sistema econômico aquele que rege as relações sociais. Uma geração de aparatos legalizados em que a norma empreendida e apreendida pelo seu caráter universal designa a adoção de um fator-outro, o poder², como intermediador do horizonte de relações para os indivíduos. Dessa forma, o contexto de crise disposto a um modelo de sociedade enquanto limitada a atender aos novos requisitos da realidade que desponta³ acabou por imprimir uma crise que se alicerça, desde o

² “Por referência às sociedades que conhecemos até o século XVIII, nós entramos em uma fase de regressão jurídica; as Constituições escritas no mundo inteiro a partir da Revolução francesa, os Códigos redigidos e reformados, toda uma atividade legislativa permanente e ruidosa não devem iludir-nos: são formas que tornam aceitável um poder essencialmente normalizador” (FOUCAULT, 1999, p. 136).

³ “[...] o progresso necessário da história é dominado por uma lei geral que determina a sucessão de épocas orgânicas e de épocas críticas. A época orgânica é a que repousa num sistema de crenças bem estabelecido, desenvolve-se em conformidade com ele e progride dentro dos limites por ele estabelecidos. Mas a certa altura, esse mesmo progresso provoca a mudança da ideia central sobre a qual essa época está apoiada e determina, assim, o início de uma época crítica” (SAINT-SIMON apud ABBAGNANO, 2007, p. 233, grifos do autor).

recuo a uma moral provisória⁴, até os dias de hoje: a crise do sujeito ético na e da sociedade capitalista.

Apesar da ruptura com a estrutura das sociedades tradicionais, pautada na impossibilidade de um trânsito social, que pereniza a imagem de classes distintas como naturalizadas, e os atores que exercem o poder político dominam as relações de produção, a promessa da sociedade capitalista, em que proprietários privados, ao trocarem mercadorias e perceberem seus lucros ascenderiam para uma classe superior, esvaece-se devido ao estabelecimento de uma outra estrutura de sociedade em que se hipostasia a acumulação de capital e a exploração da mão de obra⁵. Apenas constata-se a substituição de uma estrutura seccionada por outra, pois, se nas sociedades tradicionais, havia uma tradição cultural que elegia senhores e vassalos, na sociedade capitalista a ordem econômica elege donos dos meios de produção e donos da força de trabalho: a equação dominantes e dominados apenas recebe outras variáveis.

O Estado, ao acolher a estrutura capitalista atendendo às circunstâncias da ordem mundial, compactua com a normalização e internalização do contexto de crise enquanto realidade perene, mediante sua figura de referência construída pelo ideal de nacionalismo a ser assimilado pelos indivíduos. A depauperação do ensino humanista associada à predileção pelo ensino tecnicista, e a concessão estatal a um aparato midiático que faz do entretenimento um mero negócio integrado à alienação da maioria população, valida uma “formação cultural [que] agora se converte em semiformação socializada, na onipresença do espírito alienado, [...] que hoje se manifesta como crise da formação cultural” (ADORNO, 1996, p. 388). Essa semiformação cultural institucionalizada ameniza os conflitos de classe que porventura apareceriam em tempos de crise. Tais mazelas assimiladas pelo inconsciente eclodem no cotidiano do indivíduo, conduzindo ao abandono da conduta ética em prol do escape ao momento de crise.

⁴ “Por fim, como, antes de começar a reconstruir a casa onde moramos, não basta demoli-la, prover-nos de materiais e de arquitetos, ou nós mesmos exercermos a arquitetura, e além disso ter-lhe traçado cuidadosamente a planta, mas também é preciso providenciar uma outra, onde nos possamos alojar comodamente enquanto durarem os trabalhos; assim, a fim de não permanecer irresoluto em minhas ações, enquanto a razão me obrigasse a sê-lo em meus juízos, e de não deixar de viver desde então do modo mais feliz que pudesse, formei para mim uma moral provisória [...]” (DESCARTES, 2001, p. 27).

⁵ Schwarz (2000) recorre ao realismo de Machado de Assis, em sua obra *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1880), para vivificar o esteio sociocultural sobre o qual a sociedade brasileira se consolidara nos idos da ficção machadiana: “Ao transpor para o estilo as relações sociais que observava, ou seja, ao interiorizar o país e o tempo, Machado compunha uma expressão da sociedade real, sociedade horrendamente dividida, em situação muito particular, em parte inconfessável, nos antípodas da pátria romântica. O “homem do seu tempo e do seu país, deixava de ser um ideal e fazia figura de problema” (SCHWARZ, 2000, p. 09, grifos do autor).

No *modus vivendi* brasileiro estabelecido, o individualismo configurado pelo aparelho midiático representante da classe hegemônica nacional que exerce o controle das informações que veicula hodiernamente a seu bel-prazer, principalmente pela via televisiva “democratizada” pelo Estado, é o produto entre certo ideal hierárquico cultural apregoado enquanto verdade e as relações pessoais reduzidas a “relações de produção dos indivíduos [que] igualmente devem ganhar expressão em relações políticas e jurídicas” (MARX, 2007, p. 351). No *modus operandi* da crise pautado no ideal produtivista-capitalista, ao equacionar competitividade e individualismo, o resultado é um ofuscamento do plano ético nas relações, que acaba “solicitando” um plano de ação do Estado para contenção da barbárie iminente. O Estado adota políticas compensatórias, o que permite destacar sua onipresença e onisciência na sociedade e, ao remediar os conflitos de classe, confere à diferença entre as classes uma fachada propagandeada por um tido interesse comum: a riqueza da nação. Consequentemente, a aura do explorado é patenteada por uma consciência tecnocrática, destinada a desempenhar uma função produtiva orientada pela internalização de um mecanismo de quantificação e coisificação generalizado e normalizado. O limite reflexivo é tolhido, as expectativas de classe são desenganadas e os padrões de convivência são desumanizados, logo, tecnificados. Perante a síntese entre indivíduo e estrutura, a crise do sistema é refletida na vida ordinária, influenciando na condução das decisões morais. Em prol da manutenção e salvaguarda do sistema econômico, a objetificação do outro e das relações se tornam plausíveis, aferíveis mediante os fins pleiteados, que são calculados previamente pelo mercado, administrador da estrutura.

[A] despolitização das massas da população, que é legitimada pela consciência tecnocrática, é ao mesmo tempo uma autoprojeção dos homens em categorias, tanto da ação instrumental como do comportamento adaptativo: os modelos coisificados das ciências transmigram para um mundo sociocultural da vida e obtêm ali um poder objetivo sobre a autocompreensão. O núcleo ideológico desta consciência é a *eliminação da diferença entre práxis e técnica* [...]. A consciência tecnocrática faz desaparecer este interesse prático por detrás do interesse pela ampliação do nosso poder de disposição técnica. (HABERMAS, 2009, p. 82, grifos do autor).

Nessa objetificação generalizada, o mercado⁶⁸, apesar de ente abstrato que na estrutura econômico-produtiva outorga as relações, ganha aspecto subjetivo, como sujeito mor

⁶ “[...] com a extensão da atividade, no plano da história universal, os indivíduos foram cada vez mais submetidos a uma força que lhes é estranha – opressão esta que eles consideravam como uma trapaça do chamado Espírito universal –, uma força que se foi tornando cada vez mais maciça e se revela, em última instância, como o *mercado mundial*” (MARX, 2001, p. 34, grifos do autor).

na constituição da estrutura, sendo representado por atores que administram e cuidam de sua manutenção. Estes, entretanto, meras representações balizadas às prerrogativas do mercado. O aspecto econômico-produtivo estipula que todas as pautas de ação das vidas – humanas e não humanas; humanizadas e desumanizadas – sejam coadunadas à racionalização deste ideal.

As democracias tardias, como a brasileira, exemplificam na contemporaneidade a normalização do status de crise estrutural de seus sistemas político-econômicos, refletindo suas crises nas individualidades amalgamadas ao sistema. Dado que na estrutura impera uma razão instrumental, fundida à competitividade do ideal produtivo, os indivíduos inscritos em papéis produtivos que se naturalizam são cerceados da concepção da realidade vista por outra via. Na sociedade brasileira, em que tal óptica impera, cada instante aparece dividido entre a adaptação ao contexto de crises iminentes e a corrupção generalizada – do sistema, da figura do outro enquanto sujeito, e de si mesmo –, impregnadas no horizonte cultural. Liberdade e igualdade, preceitos fundamentais para a consolidação de um sistema democrático de governo, apesar de queridos em uníssono pela população brasileira, apesar de inscritos como fundamentos constitucionais, são obstaculizados pela estrutura e condicionados a ela, que, em si, ratifica a falta de liberdade e a desigualdade, dispostos em um contexto social estanque, em que as crises apenas são sentidas pela classe dominada.

Apesar de o Estado brasileiro, em sua gênese, se inclinar em atenção à nova estrutura política-social-econômica apregoada pela ordem mundial, a urgência na qual a burguesia nacional implementava tais mudanças estruturais no país⁷ carecia de uma avaliação crítica acerca de como a sociedade brasileira estava organizada historicamente. E é justamente o viés crítico que aparece enquanto lacuna da e para formação da sociedade brasileira, seja na constituição de sua estrutura político-jurídica, seja na organização social-econômica, que viabilizava a construção das individualidades a atuarem na sociedade. No Brasil,

A crise de valores que assola a nossa sociedade não constitui um fenômeno isolado. Abstraindo de peculiaridades locais, é forçoso reconhecer nela o reflexo de um processo mais amplo, característico da civilização ocidental, hoje com repercussões planetárias. (MACDOWEL, 1990, p. 12).

⁷ “[...] o senhor e o escravo, o latifúndio e os dependentes, o tráfico negreiro e a monocultura de exportação permaneciam iguais, em contexto local e mundial transformado. No tocante às ideias caíam em descrédito as justificações que a colonização e o Absolutismo haviam criado, substituídas agora pelas perspectivas oitocentistas do estado nacional, do trabalho livre, da liberdade de expressão, da igualdade perante a lei etc, incompatíveis com as outras, em particular com a dominação pessoal direta. No plano econômico-político firmava-se o sistema internacional polarizado pela industrialização capitalista, especialmente inglesa, cujo lado liberal pautaria a consciência do século” (SCHWARZ, 2000, p. 26).

Diferentemente da estrutura histórica europeia consolidada linearmente, em que o pensamento ocidental centralizava a concepção de mundo frente a um progresso que contemplava a superação de uma estrutura feudal-agrária-mítica, ao salto às luzes da razão crítica, culminando na ciência moderna enquanto uma interpretação da realidade, o novo mundo, no que tange as colônias do sul, principalmente o Brasil, abrevia sua linha histórica perante tais acontecimentos. Segundo Buarque de Holanda (1995), na sociedade brasileira, ao se efetuar a passagem de uma cultura e estrutura político-social fundamentalmente rural⁸ a uma que pretendia atender tardiamente aos requisitos liberais modernos em que a figura da cidade centralizaria as relações⁹, cerceou-se todo um período em que a adoção de uma razão crítica permitiu a superação dos ideais tradicionais inerentes às sociedades agrárias europeias, possibilitando a consolidação da sociedade moderna em toda sua forma. Logo, o pensamento inerente a tal período crítico que possibilitara a ruptura com a hierarquia “naturalizada” pelas presenças da Casa-grande e do Senhor e a figura do mito que condicionava a realidade fora usurpado pela urgência de adoção dos ideais liberais burgueses modernos. Respeitado o tempo cronológico em que tais mudanças vigoraram no seio da sociedade brasileira, o brasileiro, assim, aprende a conceber a si mesmo de senhor e escravo à figura unitária de indivíduo. Um atropelamento histórico que amplificava seu assentimento e necessidade – impostos pela burguesia nacional – com a introjeção no país dos aparelhos de comunicação de massa no início do século XX, e, posteriormente, a difusão do acesso a eles combinada à indústria cultural brasileira que se instaurava aparamentada pelos ideais norte-americanos.

O mundo pré-burguês de ideias, essencialmente vinculado à religião tradicional, se rompeu ali subitamente, o que muito se deve aos meios de comunicação de massa, em especial o rádio e a televisão. O campo foi conquistado espiritualmente pela indústria cultural. No entanto, o a-priori do conceito de formação propriamente burguês, a autonomia, não teve tempo algum de constituir-se e a consciência passou diretamente de uma heteronomia a outra. No lugar da autoridade da Bíblia, se instaura a do domínio dos esportes, da televisão e das "histórias reais", que se apoiam na pretensão de literalidade e de facticidade aquém da imaginação produtiva. (ADORNO, 1996, p. 391).

Nesse contexto, o cidadão brasileiro que se constituía perante essa transição passara da crença ao ideal técnico-científico sem intermédio da crítica. O assentimento da população

⁸ “[...] não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais” (HOLANDA, 1995, p. 73).

⁹ “Toda estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. É preciso considerar esse fato para se compreenderem exatamente as condições que, por via direta ou indireta, nos governaram até muito depois de proclamarem nossa independência política e cujos reflexos não se apagaram ainda hoje” (HOLANDA, 1995, p. 73).

ao mito como explicação da realidade efetiva foi tomado de assalto pela razão técnico-científica enquanto explicação da realidade por símbolos matemáticos, “sem prejuízo de captar admiravelmente a aspiração por ‘ordem e progresso’ de várias teorias sociológicas do tempo, que ao propósito científico e antitradicional uniam uma posição conservadora, bem como formas sucedâneas de providencialismo e culto religioso” (SCHWARZ, 2000, p. 105). E toda uma série de fatores encadeados contribuiu para a formatação desse “pensamento brasileiro” universalizado nas camadas mais baixas da população, tornando-o propício à adesão a ferramentas de alienação em massa: (1) o sentimento de pertença a um clã, um grupo, donde aparecem verdades reveladas e inquestionáveis, asseverando a aderência individual aos dogmas, em uma estrutura vertical marcada pela presença de um ente onisciente, onipresente e onipotente, em que a institucionalização de seus representantes incita o respeito a estes em sua figura cânone materializada e humanizada; (2) a salvação que é prometida perante qualquer momento de crise, restritamente, ao indivíduo, perante seu assentimento ao que pleiteia o senhor – a figura central do clã que exerce um poder (sobre)natural sobre os demais. Assim, a lacuna histórica, em que a razão crítica fora cerceada da constituição do pensamento brasileiro, acaba preparando o terreno para a consolidação de uma sociedade em que a dominação é naturalizada em sua estrutura, permitindo que a burguesia nacional ostente, replique e justifique sua posição soberana ao longo da história brasileira sob o aval da maioria da população alienada.

Os aspectos constitutivos para a base de sustentação das democracias liberais burguesas incidem na formação do indivíduo enquanto sujeito político, e é o estabelecimento funcional dos sujeitos políticos coletivos que permite a consolidação do capitalismo monopolista de Estado, via concentração deste dos processos de socialização da produção (COUTINHO, 1979, p. 37). No entanto, a burocracia estatal estabelecida e fortalecida na sociedade contemporânea, aliada ao aparelhamento do Estado, no caso brasileiro, pelas históricas classes hegemônicas nacionais de herança coronelista que migraram de suas cercanias de poder regional clandestino às instâncias governamentais institucionalizadas mediante o sufrágio universal, este cooptado ao poder econômico, acaba resultando tanto no afastamento das classes mais baixas do exercício efetivo do poder político incumbido a estas, quanto à sua descrença na possibilidade de suas urgências hodiernas serem planos de governo, ocasionando um fatalismo político-cultural. A alienação econômica da qual padecem as “camadas sociais prejudicadas pela dinâmica privatista desta reprodução” (COUTINHO, 1979, p. 38) permanece atrelada a uma alienação política histórica advinda de um processo de

colonização que se replica: a burguesia nacional assume diretamente a herança colonizadora portuguesa até os dias de hoje.

A sociedade brasileira assiste e reproduz um pensamento político hegemônico que se recrudescer ao longo de sua história, mesmo pós-independência colonial, e que se acirra com a adoção e expansão da indústria cultural brasileira, representante direta da classe hegemônica nacional, impelindo a noção de hegemonia da pequena política¹⁰, um afastamento da concepção do cidadão comum, da expressão de sua participação política no seio da sociedade. Em contrapartida ao afastamento das classes populares à sua participação nas decisões políticas da sociedade brasileira, o que se assiste, principalmente na conjuntura política atual, é uma apropriação de classe – da classe burguesa – da política nacional. O processo de despolitização do indivíduo devido a seu esvaziamento enquanto sujeito político, sintetizado ao aparelhamento do Estado por atores investidos em cargos políticos que remetem o teor de suas decisões a interesses privados, homologa na sociedade como um todo o ideal neoliberal particularista e corporativista, condescendente a um operacionismo mais do que econômico: financeiro. A corporação, ao evocar um horizonte privatista em que repousa um ideal de realização de todas as necessidades individuais, harmonizado ao Estado que se torna caudatário às opulências corporativas e demarca sua existência em função destas, ascende como mito a orientar os planos de vida privada dos indivíduos.

A insurgência desse individualismo à brasileira situado entre a despolitização e o neoliberalismo enquanto axiomas universais a abastecerem a consciência nacional, faz com que resulte, de um lado, em um apassivamento das camadas populares, seja pelo fato “[dessa] classe [ter] perdido a consciência de sua missão histórica, submetendo-se a formas de dominação e exploração totalmente contrárias ao seu interesse emancipatório” (FREITAG, 1986, p. 13), seja pela “descrença” nas “promessas” progressistas de uma sociedade mais igualitária e democrática, estimulando uma visão reduzida em que os patamares de igualdade e democracia cabíveis a esta sociedade atingiram seus máximos patamares: apenas “reformas”¹¹ podem ser feitas no que tange a eles para a minimização das crises

¹⁰ “[...] existe hegemonia da pequena política quando a política deixa de ser pensada como arena de luta por diferentes propostas de sociedade, e passa, portanto, a ser vista como um terreno alheio à vida cotidiana dos indivíduos, como simples administração do existente” (COUTINHO, 2010, p. 32).

¹¹ “A palavra “reforma” foi sempre organicamente ligada às lutas dos subalternos para transformar a sociedade e, por conseguinte, assumiu na linguagem política uma conotação claramente progressista e até mesmo de esquerda. O neoliberalismo busca utilizar a seu favor a aura de simpatia que envolve a ideia de “reforma”. É por isso que as medidas por ele propostas e implementadas são mistificadamente apresentadas como “reformas”, isto é, como algo progressivo em face do “estatismo”, que, tanto em sua versão comunista como naquela social-democrata, seria agora inevitavelmente condenado à lixeira da história” (sic) (COUTINHO, 2010, p. 35).

socioeconômicas “naturais” à estrutura. Do outro lado, a percepção da classe dominante tanto de seu papel hegemônico quanto da manutenção deste, a todo “custo”, recebe ares de naturalização perante as próprias condições dadas pela estrutura. E este “custo” remete diretamente à sustentação de seus privilégios econômicos, revestidos na espoliação do trabalho das classes “naturalmente” subalternas para angariar lucro. Dada esta naturalização propagada pelo aparato político-midiático que se delineia, principalmente na atualidade brasileira, enfatizando um contexto social decisivo, o que se configura é a adoção de medidas reformistas propostas pelo esteio dirigente da sociedade, sem descartar, para a preservação da economia nacional e do lucro individual, a consideração de ambos os seguimentos da sociedade da necessidade do emprego de pautas conservadoras, caucionadas pelos discursos de “última possibilidade” e “para o bem de todos”.

Desta maneira, estamos diante da tentativa de modificar o significado da palavra “reforma”: o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado etc, significa agora, cortes, restrições, supressão desses direitos e desse controle. Estamos diante de uma operação de mistificação ideológica que, infelizmente, tem sido em grande medida bem-sucedida. (COUTINHO, 2010, p. 35).

Portanto, a individualidade apregoada pelos meios de comunicação brasileiros reduzida ao patamar consumista apenas produz o mero individualismo, o que resulta em um pluralismo de individualismos conciliados às expectativas de classe estanques. “Sem ponte à vista, as categorias do individualismo são abaladas como realidade, e reafirmadas como exigência.” (SCHWARZ, 2000, p. 95). A luta de classes, apesar de intensa, permanece ocultada pelo assentimento às ideologias individualista-produtivista e da possibilidade de ascensão individual, que suplantam a noção do pertencimento a uma classe específica. Assim, o ideal liberal burguês, em que a liberdade individual como uma garantia do Estado permite ao indivíduo galgar uma posição econômica de destaque perante a organização economicista da sociedade capitalista, imprime veracidade aos sonhos que a própria estrutura vende enquanto (falsa) possibilidade.

CONCLUSÃO

A atual crise brasileira tem peculiaridades formais que transcendem os aspectos conjunturais de uma crise econômica em comparação com outros países capitalistas. A crise

brasileira congrega os aspectos da atualidade do sistema à formação históricossocial-cultural do país, uma estrutura de sociedade e de indivíduo que transparece uma herança escravagista que convive “pacificamente”, em nome de uma democracia moderna, com uma herança burguesa oitocentista, substancializando as classes nacionais e perfilando as lutas entre estas classes que, apesar de veladas e omitidas pela indústria cultural brasileira, refletem seus interesses antagônicos explicitamente, corrompendo o ideal nacional de unidade democrática, seja na urgência das demandas das classes desprivilegiadas por um serviço público que integre qualidade à quantidade e uma melhor distribuição de renda, seja na urgência da burguesia nacional em manter seus privilégios de classe e a concentração de renda aliada aos aparatos ideológicos sob sua tutela. A corrupção, assim, deflagrada pelos meios de comunicação como inerente somente à estrutura política nacional, aparece enquanto aspecto imanente à estrutura da formação histórico-social do país, do individualismo que delimita os planos de ação do sujeito brasileiro em seu cotidiano. A propaganda da corrupção político-partidária nada mais é que um mero bode expiatório para desviar as atenções dos reais problemas de fundo histórico, cadenciados aos status econômico e de classe.

Portanto, a atual crise brasileira é subsidiada por uma crise da identidade brasileira, esta consolidada sobre bases acríticas, ainda na formação daquilo que veio a ser conhecido como povo brasileiro, sendo o maior desafio para a superação dessa crise a alçada a uma razão dialética que suplante indivíduo e sociedade formatados por tais bases. Assim, o momentum da democracia brasileira em que o ápice de seu reconhecimento se dá na consolidação da Constituição Federal de 1988 ainda padece por sua base histórica colonial, acrítica e caracterizada por uma ocidentalização tardia em que vigora um pseudonacionalismo, intermediando um indivíduo e uma nação abstratos, e a universalização de uma ideologia liberal-conservadora, obstaculizando a efetivação do ideal democrático invocado na Carta Maior do Estado nacional.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi e Ivone C. Benedetti. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 233.

ADORNO, Theodor. Teoria da semicultura. Tradução de Newton Ramos-deOliveira, Bruno Pucci e Cláudia B. M. Abreu. Campinas: **Revista Educação e Sociedade**, 1996. n. 56, ano XVII, p. 388 – 411.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In: SILVEIRA, Ênio et al. **Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 33 – 47.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: BRAGA, Ruy. **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo Editorial. p. 29 – 43.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Tradução de Maria E. Galvão. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 3ª Parte.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria T. C. Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. Cap. IV – V.

FREITAG, Barbara. **A teoria crítica**: ontem e hoje. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 13.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Cap. 3: Herança Rural.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos**. Tradução de Magda Lopes e Marisa L. Costa. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Cap. II.

MACDOWELL, João A. A. A. Ética e Política: urgência e limites. Belo Horizonte: **Revista Síntese**, 1990. Vol. 17, N. 48. p. 07 – 34.

MARX, Karl. Da produção da consciência. In: **A ideologia alemã**. Tradução de Luís C. de Castro e Costa. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 34.

MARX, Karl. A sociedade como sociedade burguesa. In: **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano C. Martorano. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. 2ª parte. p. 351.

PLATÃO. **A república**. Tradução de Maria H. R. Pereira. 9 Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. Livros VIII – IX.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis. 4 ed. São Paulo: Editora 34, 2000.